

NOTAS ECONÓMICAS 11

JOÃO SOUSA ANDRADE DEMANDE DE MONNAIE ET ÉQUILIBRE MONÉTAIRE

J. ROMERO MAGALHÃES SENTIMENTO EUROPEU E MOEDA ÚNICA

ALZIRA MARQUES / JOÃO LISBOA UTILIZAÇÃO DA TIPOLOGIA PORTERIANA NA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO SECTOR CRISTALEIRO PORTUGUÊS

MARIA ANTONINA LIMA REGIONALISATION, GLOBALISATION AND THE EMERGING WORL ECONOMY: THE WORLD TRADE ORGANIZATION, THE REGIONAL INTEGRATION AGREEMENTS AND THE EUROPEAN UNION

OCTÁVIO FIGUEIREDO GONÇALVES CONVERGÊNCIA REAL NO LONGO PRAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA

DANIEL MURTA O MERCADO PORTUGUÊS DOS JORNAIS DESPORTIVOS

EUGÉNIA MARTA / NUNO VALÉRIO DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL (1820-1914)

JOSÉ REIS O INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO: CRÓNICA SOBRE OS SABERES DA ECONOMIA

ABEL FERNANDES ANÁLISE SUMÁRIA DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO DO ESCUDO (1960-1994)

CARLOS MATOSO FILIPE CONTRIBUINTES LÍQUIDOS, BENEFICIÁRIOS LÍQUIDOS E TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE ANTÓNIO SIMÕES LOPES

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Convergência Real no Longo Prazo da Economia Portuguesa

Octávio Figueiredo Gonçalves Faculdade de Economia da Universidade do Porto

resumo

résumé / abstract

A economia portuguesa apresenta hoje um dos níveis de rendimento *per capita* mais baixos do conjunto das economias da Europa ocidental. As informações de que dispomos actualmente sobre os níveis de rendimento *per capita* na Europa dos princípios do século XIX mostram, no entanto, que a posição portuguesa nesta matéria era, nessa altura, bastante diferente da que podemos observar nos nossos dias. O objectivo deste trabalho é o de situar o crescimento económico *per capita* português entre 1830 e 1995 face ao de um grupo de dez economias europeias, procurando reflectir sobre os principais factores que conduziram à evolução observada entre essas datas de um indicador de convergência real.

L'économie portugaise se présente aujourd'hui dans le contexte des économies de l'Europe occidentale comme l'une des économies de plus bas niveau de revenu moyen par habitant. Les données sur les niveaux de revenu moyen par habitant en Europe au début du XIXe siècle, dont nous disposons à présent, montrent, cependant, que la position du Portugal en cette matière était, à cette époque, assez différente de celle que nous pouvons observer de nos jours. L'objectif de ce travail est de situer la croissance économique par habitant du Portugal entre 1830 et 1995 face à celle d'un groupe de dix économies européennes, tout essayant de réfléchir sur les principaux facteurs qui ont conduit à l'évolution observée entre ces dates d'un indicateur de convergence réelle.

The Portuguese economy presently has one of the lowest levels of *per capita* income in western Europe. For the beginning of the 19th century, the available information regarding *per capita* income in western Europe, shows, therefore, that the picture for Portugal was very different by this time. The subject of this paper is to compare the economic *per capita* growth of Portugal, between the years 1830 and 1995, with that of ten other western European countries. We intend to examine the principals determinants of the evolution of a convergence indicator for this period of time.

1. Introdução



Angus Maddison, no seu estudo de 1991, *Dynamic Forces in Capitalist Development: a long-run comparative view*, distingue quatro fases diferentes em matéria de crescimento económico no longo prazo dos países que fazem hoje parte daquilo a que se convencionou chamar as *economias desenvolvidas*¹. Uma primeira, que começa por volta de 1820, data a partir da qual é possível encontrar um conjunto significativo de países envolvidos no *processo de crescimento económico moderno* desencadeado com a revolução industrial na Europa do século XIX². Esta primeira fase de crescimento termina nas vésperas da primeira guerra mundial, por volta de 1913, período a partir do qual se entra numa segunda fase, a das guerras mundiais e da crise de 1929, fase durante a qual o crescimento económico se processou de uma forma mais irregular e a taxas mais lentas relativamente ao período anterior³. A terceira fase começa por volta dos finais da segunda guerra mundial, em 1950, ano a partir do qual se entra num período de crescimento bastante mais rápido e estável, e ela termina em 1973⁴. Finalmente, a quarta e última fase de crescimento (que vai de 1973 aos nossos dias), caracteriza-se por um crescimento mais irregular e mais lento, na sequência do forte aumento do preço do petróleo, a partir dos finais de 1973, e dos problemas resultantes do desaparecimento da ordem em matéria de sistema de pagamentos internacionais estabelecida nos acordos de Bretton Woods⁵.

O objectivo do presente trabalho é o de situar o crescimento económico *per capita* português face ao de um grupo de dez economias europeias ao longo dessas diferentes fases. O produto interno bruto por habitante português não representa hoje mais de 50% do produto por habitante médio dessas economias, quando se mede os produtos às paridades de poderes de compra (PPC) da OCDE para 1970, como é feito no Quadro 1, abaixo. Mas, em que situação se encontrava Portugal no princípio da primeira das fases descritas no parágrafo precedente? E qual foi a evolução do produto por habitante português relativamente ao desse grupo de países entre os começos do século XIX e os nossos dias?

1 A análise de A. Maddison utiliza, na realidade, as informações disponíveis para um conjunto de 16 países: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Países-Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América (ver Maddison, 1991).

2 Processo de crescimento económico moderno, no sentido que é dado à expressão por Simon Kuznets (1969) no seu *Modern Economic Growth: rate, structure and spread*. Antes de 1820-1830, esse processo permaneceu confinado à Inglaterra e a regiões vizinhas desta, como é o caso do território a que actualmente chamamos a Bélgica e certas partes do norte da França (a este propósito, ver Bairoch 1971: 17-117).

3 Maddison (1991) estima que o conjunto dos 16 países da sua amostra registou uma taxa anual média de crescimento do produto interno bruto por habitante de 1,2% entre 1913 e 1950 (contra 1,4% na fase precedente). As flutuações do nível de actividade económica foram também bastante mais importantes entre 1913 e 1950 (encontramos 10 taxas de crescimento negativas do produto interno bruto total dos 16 países no seu conjunto nesses 37 anos) relativamente ao que se passou na fase precedente (3 quedas do produto interno bruto total apenas) (Maddison 1991: 111-124).

4 Segundo as informações empíricas apresentadas por A. Maddison, em nenhum dos anos deste período se verifica quebra do produto interno bruto total do conjunto dos 16 países. A taxa de crescimento médio anual do produto interno bruto por habitante, para o conjunto dos 16, atingiu, por outro lado, 3,8% entre 1950 e 1973, ou seja um valor mais de 3 vezes superior ao registado na fase precedente.

5 A taxa de crescimento médio anual do produto interno bruto per capita, para os 16, foi de 2,1% entre 1973 e 1989. Por outro lado, registam-se flutuações do nível de actividade económica mais importantes agora, com o produto interno bruto total dos 16 a sofrer duas quebras, em 1975 e 1982.



Quadro 1 — Níveis de Produto Interno Bruto por Habitante num Conjunto de 10 Países Europeus em 1995 (em dólares dos E.U.A. e às PPC da OCDE para 1970)

País	PIB por habitante	Nível relativo de Portugal (%)
Alemanha	6303	45,5
Áustria	5760	49,8
França	5921	48,4
Itália	5490	52,2
Reino-Unido	5351	53,6
<i>Média 5</i>	<i>5765</i>	<i>49,7</i>
Bélgica	5704	50,3
Dinamarca	5953	48,2
Noruega	5901	48,6
Suécia	5411	53,0
Suiça	6515	44,0
<i>Média 5</i>	<i>5897</i>	<i>48,6</i>
<i>Média 10</i>	<i>5831</i>	<i>49,2</i>

Fontes: OCDE (1993). As informações para 1991 foram estendidas até 1995 utilizando as taxas de crescimento real do PIB e da população de cada país, taxas essas retiradas de OCDE (1996) e OCDE, *Principaux indicateurs économiques* (várias edições). As informações para a Alemanha referem-se à Alemanha antes da unificação. Para estender o valor de 1991, foram, no entanto, utilizadas as taxas de crescimento reais do PIB e da população da Alemanha depois da unificação.

Dispomos actualmente em Portugal de um certo número de séries longas para conhecer aquilo que seria o nível de partida do produto por habitante português nos princípios do século XIX e a sua evolução a partir dessa data. Até por volta de 1950, trata-se de estimativas de diferentes autores. A mais antiga, e a mais conhecida dessas séries longas, é a de Bairoch (1976a), que fornece estimativas de base decenal para o produto nacional bruto por habitante dos diferentes países europeus, em *dólares* e aos preços dos E.U.A. de 1960, desde 1830 e até 1973⁶. No que diz respeito a Portugal, e até 1950, a série de Bairoch foi construída a partir de 12 indicadores indirectos do nível de produto por habitante português em 1889-1901 e 1928⁷. Os valores assim

6 Trata-se de médias trianuais, centradas nos diferentes anos para os quais esta série fornece informações sobre os níveis de produto nacional per capita. Tendo sido calculados aos preços dos Estados Unidos de 1960, os valores de Bairoch (1976a) têm em conta as diferenças de poder de compra das várias moedas nacionais.

7 Trata-se da percentagem de população activa na agricultura, da taxa bruta de mortalidade, da taxa de mortalidade infantil, e dos seguintes valores per capita: exportações especiais, número de cartas enviadas pelo correio, número de passageiros de caminho de ferro, consumo de cereais, de açúcar, de café, de chá, de cacau, de ferro e de algodão bruto. Para 1928, a esses índices o autor juntou o consumo per capita de energia e o número de automóveis per capita; o consumo de ferro foi substituído pelo de aço; os indicadores exportações e consumo por habitante de algodão não foram utilizados. Para além desta metodologia, uma segunda foi também utilizada pelo autor: no caso do cálculo do nível de produto nacional bruto por habitante para 1889-1901, as estimativas dos ganhos (earnings) per capita de Mulhall (1896); no caso da obtenção do nível de 1928, estimativas do autor sobre o valor das produções agrícola e industrial por habitante portuguesas nesse ano. Quer num caso, quer no outro, as estimativas do nível do produto nacional bruto per capita

obtidos foram, em seguida, estendidos no tempo utilizando a evolução da população e do volume de produto nacional bruto total, tendo como base, neste último caso, estimativas pessoais do autor sobre o crescimento em volume das produções agrícola e industrial portuguesas, antes e depois daquelas duas datas⁸.

A segunda dessas séries, é a de Nunes *et al.* (1989), que fornece estimativas de base anual sobre o crescimento em volume do produto interno bruto por habitante português, em *escudos*, desde 1833 e até 1985. Esta série, no que diz respeito ao período 1833-1947, foi elaborada a partir de indicadores indirectos. O movimento em volume do produto interno bruto total português entre 1833 e 1947 foi, com efeito, estimado a partir da evolução de três «variáveis de aproximação» para as quais dispomos em Portugal de informações desde os princípios do século XIX (exportações, receitas fiscais e despesas públicas) e da relação econométrica que pode ser encontrada pelos autores entre o movimento dessas três variáveis a preços constantes e o crescimento em volume do produto interno bruto português entre 1947 e 1985, período para o qual dispomos de estatísticas oficiais sobre o andamento deste último⁹.

Mais recentemente, Lains (1995) e Maddison (1996) elaboraram também estimativas sobre o crescimento em volume do produto interno bruto *per capita* português a partir de meados do século XIX. As de Lains, fornecem informações de base anual para o período 1851-1913¹⁰, e foram estabelecidas a partir de estimativas pessoais do autor sobre a evolução durante este período das produções agrícola e industrial portuguesas a preços constantes¹¹. A série de A. Maddison refere-se, por sua vez, ao período 1870-1992. Trata-se, até 1938, de estimativas que repousam sobre as de Lains (1989), no que diz respeito ao período 1870-1913, e sobre as de Nunes *et al.* (1989), no respeitante ao período 1913-1938¹².

Nas partes que se seguem deste trabalho, utilizaremos essas diferentes estimativas para conhecer a evolução do nível de produto *per capita* português face ao de um conjunto de 10 países europeus entre 1830 e 1950. As informações para os 10 são retiradas de Bairoch (1976a). A fim de tornar compatíveis as estimativas de Nunes *et al.* (1989), Lains (1995) e Maddison (1996) com as de Bairoch (1976a), utilizamos o movimento em volume do produto interno por habitante português proposto pelos três primeiros autores, para calcular os níveis desse mesmo produto em dólares e aos preços dos E.U.A. de 1960, para diferentes anos¹³.

português em dólares e a preços dos E.U.A. de 1960 foram obtidas através do cruzamento das duas metodologias.

8 Para mais detalhes, ver o anexo metodológico em Bairoch (1976a) e, em particular, as páginas 324-325, 327-328 e 332-334.

9 Para mais detalhes ver Nunes *et al.* (1989), em particular, p. 312-314, Justino (1987), com base na aplicação do método das componentes principais ao mesmo tipo de «variáveis de aproximação» (as três utilizadas em Nunes *et al.* (1989), a que acrescentou a evolução das importações e de um índice de salários), elaborou também estimativas do andamento em volume do PNB *per capita* português a partir de meados do século XIX. Trata-se aqui de informações de base quinzenal (médias quinzenais centradas) para o período compreendido entre 1850 e 1910 (ver Justino 1987: 457-459, para informações adicionais). Estas últimas estimativas, baseando-se no mesmo tipo de «variáveis de aproximação», e utilizando um método de estimação próximo do de Nunes *et al.* (1989), proposto de resto pela primeira vez por um daqueles autores (ver Valério, 1983), indicam um andamento em volume do produto por habitante português entre 1850 e 1910 próximo do proposto por Nunes *et al.* (1989). A este propósito ver, no entanto, a nota 28, mais à frente neste trabalho.

10 Na realidade, os valores para 1852/1853, 1857/1858/1859 e 1862/1863/1864 não estão disponíveis na série construída por Lains.

11 A evolução da população foi utilizada como «variável de aproximação» ao crescimento da produção no sector dos serviços. Para mais detalhes, ver Lains (1995), em particular, p. 211-212.

12 Maddison utiliza as estimativas produzidas por cada um desses dois autores para estimar a evolução da produção material (sectores agrícola e industrial), e usa as suas próprias estimativas da evolução da população, como «variável de aproximação» para estimar a evolução da produção do sector dos serviços. Entre 1938 e 1950, o movimento em volume do produto interno bruto total proposto por Maddison (1996), foi retirado de INE (1960). Para mais detalhes, ver Maddison (1996), em particular, p. 64-66 e 69-70.

13 Para o ano de base, 1960, o nível de produto por habitante português, em dólares e ao nível de preços





A partir de 1950, utilizaremos as fontes oficiais. Para o período 1950-1960, o movimento em volume do produto interno bruto por habitante português que utilizaremos é o que foi compilado por Maddison (1996). No respeitante aos 10 países de referência, esse mesmo movimento foi também retirado de Maddison (1991; 1996). De 1960 aos nossos dias, as informações de base para o crescimento em volume do produto interno bruto por habitante português, bem como para o crescimento nos 10 países de referência, foram retiradas de OCDE (1993)¹⁴. O ano de base utilizado é o de 1970, e os níveis dos produtos *per capita* português e dos outros 10 países foram calculados, para esse ano, em dólares e às paridades dos poderes de compra (PPC), retiradas também de OCDE (1993).

Vejamos agora o que nos mostram essas informações.

2. O nível de partida

No Quadro 2, abaixo, comparamos o nível do produto por habitante português em 1830 com o dos 10 países de referência, utilizando os valores propostos pelos dois autores que fornecem estimativas para este ano. Notemos, em primeiro lugar, que a série de Bairoch (1976a) e a de Nunes *et al.* (1989), se bem que obtidas através de metodologias muito diferentes, apontam para uma posição relativa de Portugal no princípio do século XIX bastante próxima uma da outra. O produto por habitante português, relativamente ao dos dez países de referência no seu conjunto, atingiria, com efeito, 81,7%, segundo as estimativas de Nunes *et al.* (1989), e 95,3% segundo as de Bairoch (1976a)¹⁵. A segunda e importante nota que se pode avançar a propósito dessas duas estimativas independentes é a de que elas mostram uma posição relativa portuguesa no contexto europeu dos princípios do século XIX bastante diferente daquela que existe actualmente. Assim, o nível do produto por habitante português encontrava-se muito próximo do dos outros dez países europeus, com excepção do Reino Unido e provavelmente da Bélgica, e mesmo um pouco acima do dos países escandinavos, considerados no seu conjunto.

português de 1960, foi retirado de OCDE (1993). Este valor foi depois convertido ao nível de preços dos Estados Unidos de 1960, utilizando o diferencial de níveis de preços entre Portugal e os Estados Unidos para esse ano, retirado de Summers e Heston (1988).

¹⁴ Para 1992-1995, ver as notas aos Quadros 1 e 7.

¹⁵ Notemos também que no caso de Nunes *et al.* (1989) estamos a comparar o nível português de 1833 com o nível dos 10 países em 1830, já que esta série apenas fornece valores a partir daquele ano (ver notas ao Quadro 2). Ora, o andamento do produto por habitante português face ao dos 10 (ver abaixo neste trabalho) deixa supor que, se o nível português para 1830 estivesse disponível na série de Nunes *et al.* (1989), a percentagem referida seria superior aos 81,7% indicados.

Quadro 2 — Níveis de Produto Nacional [Interno] Bruto por habitante num conjunto de 10 países europeus em 1830 (em dólares e aos preços dos E.U.A. de 1960)



Países	PNB por habitante (Bairoch, 1976a)	Nível relativo de Portugal (%)	
		segundo Bairoch, 1976a	segundo Nunes <i>et al.</i> , 1989
	(dólares)		
Alemanha	245	102,0	87,4
Áustria-Hungria	250	100,0	85,7
França	264	94,7	81,1
Itália	265	94,3	80,8
Reino-Unido	346	72,3	61,9
<i>Média Grandes Países</i>	<i>274</i>	<i>91,2</i>	<i>78,2</i>
Bélgica	295	84,7	72,6
Dinamarca	208	120,2	103,0
Noruega	280	89,3	76,5
Suécia	194	128,9	110,4
Suiça	276	90,6	77,6
<i>Média Pequenos Países</i>	<i>251</i>	<i>99,8</i>	<i>85,5</i>
<i>Média10</i>	<i>262</i>	<i>95,3</i>	<i>81,7</i>

Fontes: Bairoch (1976) e Nunes *et al.* (1989). Os valores de Bairoch são médias trianuais centradas em 1830. Para Portugal, o nível de PIB por habitante é para 1833 (Nunes *et al.*, 1989).

A situação descrita por estas estimativas independentes é plausível à luz das informações de tipo mais qualitativo de que dispomos hoje a propósito da situação portuguesa e da dos demais países europeus nos começos do século XIX. Lembremos, em primeiro lugar, que Portugal teve uma posição importante durante o período do capitalismo comercial europeu (do século XV ao século XVIII) e que, mesmo se essa posição só foi uma posição de primeira linha durante um curto período de tempo (até à integração na Espanha em finais do século XVI), ela manteve-se, de qualquer forma, mais importante que, por exemplo, a dos países escandinavos considerados no seu conjunto. Por outro lado, e certamente mais decisivo, é necessário ter em conta que nos princípios do século XIX, e portanto numa altura em que a maioria dos países da Europa continental não estavam ainda significativamente envolvidos no *processo de crescimento económico moderno*, as diferenças entre os diversos países da Europa continental em matéria de produtividade, e assim as diferenças entre esses países em matéria de produto por habitante, não podiam ser ainda significativas¹⁶.

¹⁶ A este propósito, ver Bairoch (1976b: 155) que escrevia: «La situation du début du XIXe siècle se caractérise par un niveau général assez bas du produit national par habitant et par une dispersion assez faible des situations individuelles des divers pays européens». No que diz respeito à relação que pode ser estabelecida entre o alastramento geográfico do processo de crescimento económico moderno e o aparecimento de desvios significativos em matéria de produto por habitante na Europa (e entre a Europa e outras zonas do mundo), ver Bairoch (1971; 1974) e também Maddison (1983).



3. A evolução durante o século XIX (1830-1913)

Analiseemos agora a evolução do nível do produto por habitante português face ao do nosso grupo de referência durante a primeira das fases de crescimento no longo prazo estabelecidas por Angus Maddison. No Quadro 3, abaixo, reunimos as informações disponíveis para seguir a evolução do nosso indicador entre 1830 e 1913. A partir de 1850, num dos casos, e de 1870, no outro, e até às vésperas da primeira guerra mundial, dispomos de mais duas séries que podemos juntar às de Bairoch (1976a) e de Nunes *et al.* (1989). Notemos, em primeiro lugar, que as quatro séries, se bem que construídas a partir de metodologias bastante diferentes¹⁷, indicam, para o conjunto do período 1830-1913, a mesma tendência, ou seja uma tendência para uma quebra acentuada do indicador. Durante este período, o produto por habitante português, face ao dos 10 países no seu conjunto, terá com efeito caído 56 pontos percentuais, segundo as estimativas de Bairoch (1976a), e cerca de 43 pontos percentuais, segundo as de Nunes *et al.* (1989). As séries de Lains (1995) e de Maddison (1996) confirmam, para os períodos 1850-1913 e 1870-1913, esta tendência geral para a queda do indicador. O nível do produto *per capita* português, face ao nível médio do dos 10 países de referência, teria assim caído, em 1913, para um valor que varia entre 38% (para Lains, 1989 e Maddison, 1996) e 39% (para as duas outras séries)¹⁸.

O processo de empobrecimento relativo da economia portuguesa face às economias do norte e centro da Europa, desde os começos do século XIX e até às vésperas da primeira guerra mundial, descrito pelas estimativas abaixo apresentadas, é perfeitamente compatível com as informações qualitativas de dispomos actualmente a propósito da situação portuguesa no contexto da evolução económica da Europa do século XIX. Com efeito, à medida que a maioria dos países do norte e centro da Europa continental se foram envolvendo no conjunto das mudanças económicas e sociais a que se convencionou chamar a «revolução industrial», os níveis de produtividade desse grupo países, e consequentemente os níveis de produto por habitante, sofrem um grande incremento. Até por volta de 1830, esse processo não tinha ainda tocado de forma significativa os países da Europa continental e os diferenciais de níveis de desenvolvimento na parte continental da Europa eram pequenos. Sensivelmente a partir dessa data, no entanto, os países que não puderam acompanhar esta profunda mutação, como foi o caso de Portugal, atrasam-se.

Não são ainda actualmente conhecidas de forma precisa as razões que impediram Portugal de acompanhar cabalmente o processo de industrialização europeu do século XIX, quando outros pequenos países, da periferia da Europa e mais pobres do que Portugal se tivermos em conta as estimativas de Bairoch (1976a), o puderam fazer¹⁹. Um certo número de factores de ordem geral tem no entanto sido frequentemente avançados para explicar o fracasso, em termos comparados, da industrialização portuguesa no século XIX: a dominação informal da Inglaterra, que teria conduzido, já a partir do século XVIII, a uma política alfandegária demasiado liberal face a esse país e, por aí, a uma especialização da economia portuguesa nas produções do sector primário, sector onde as produtividades eram baixas e difíceis de elevar²⁰; a indisponibilidade em

17 Com excepção da de Maddison (1996), a qual, para este período, foi construída a partir da de Lains (1989), como vimos acima.

18 Foi aqui utilizada, como de resto o será nas partes seguinte deste trabalho, a média simples dos produtos per capita dos 10, uma vez que não se pretende dar um peso excessivo aos países de grande dimensão.

19 Foi o caso dos países escandinavos (cf. o Quadro 2).

20 Dois bons exemplos de autores que defendem esta perspectiva são Sideri (1970) e Pereira (1971). Bairoch (1976b: 269), escreve por sua vez: «Et si, pour conclure, on peut affirmer que le retard économique portugais est dû largement à l'échec d'une politique de complémentarité avec une économie développée, il faut cependant ne pas mettre en cause seulement la période libérale du XIXe siècle. Car le Portugal a déjà abordé le début de ce XIXe siècle avec une structure économique proche de celle d'un pays sous-développé, structure qui résultait de ses rapports commerciaux avec l'Angleterre de la seconde moitié du XVIIIe siècle, c'est-à-dire une Angleterre déjà industrialisée». Para uma crítica à tese da excessiva abertura do mercado interno português, nomeadamente durante a segunda metade do século XIX, ver Lains (1989), em particular, p. 36-41.

abundância de recursos naturais que foram extremamente importantes nesta época, nomeadamente o ferro, o carvão e o tipo de clima e de solos necessários às mutações agrícolas que vão de par com a «revolução industrial»²¹; a deficiente qualidade dos recursos humanos disponíveis²²; e um enquadramento institucional e legislativo de tipo tradicional e pouco favorável ao crescimento²³.



Quadro 3 — Evolução do Nível de Produto Nacional [Interno] Bruto por Habitante de Portugal face ao de um Conjunto de 10 Países Europeus entre 1830 e 1913 (dólares e preços dos E.U.A. de 1960)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)			
	segundo Bairoch, 1976a	segundo Nunes <i>et al.</i> , 1989	segundo Lains, 1995	segundo Maddison, 1996
1830	95,3	81,7	—	—
1840	88,3	56,6	—	—
1850	80,4	58,0	70,2	—
1860	73,2	43,2	56,1	—
1870	63,7	49,1	53,6	54,4
1880	58,2	50,6	48,7	—
1890	51,7	55,9	48,9	—
1900	47,5	49,1	48,1	—
1913	39,0	38,7	38,1	38,4

Fontes: Bairoch (1976), Nunes *et al.* (1989), Lains (1995), Maddison (1996). As informações para os 10 países foram retiradas de Bairoch (1976). Trata-se de médias trianuais centradas nos diferentes anos, excepto para 1913. Para Portugal, trata-se também de médias trianuais centradas, com excepção de Maddison (1996). Em Nunes *et al.* (1989), o PIB por habitante português para 1830=[1833]. Em Lains (1995), o PIB por habitante português para 1850=[(1851+1854+1855)/3] e o de 1860=[1861]. Utilizámos nos cálculos realizados para obter Lains (1995) o nível de PIB por habitante português para 1870 que resulta da série de Maddison (1996).

No que diz respeito à evolução decenal do indicador do Quadro 3 acima, as estimativas de Nunes *et al.* (1989) mostram um movimento diferente das dos outros três autores. Com efeito, essas estimativas indicam convergência, ou seja aproximação do nível de produto por habitante português ao dos 10, entre 1840-1850 e, sobretudo, 1860-1890. Esta série é de resto a mais volátil das quatro, apresentando um nível de flutuação bastante elevado²⁴. É verdade que vários

21 A propósito desta questão, ver Reis (1984: 14-17).

22 Este problema colocava-se, segundo alguns autores, não somente no que diz respeito aos níveis gerais de instrução formal da população, mas também no respeitante às aptidões empresariais no domínio industrial. Ver Reis (1984: 25), Reis (1993: 227-253), e também Godinho (1971: capítulo V).

23 Ver Godinho (1971), em particular, capítulo V. Serrão e Martins (1978), no «Prefácio» da antologia «Da indústria portuguesa: do antigo regime ao capitalismo», discutem também, entre outros argumentos avançados para justificar o fracasso relativo da industrialização portuguesa, este tipo de obstáculo.

24 As estimativas de Nunes *et al.* (1989) foram criticadas por vários autores. Ver Lains e Reis (1991), Nunes *et al.* (1991) para uma resposta às críticas de Lains e Reis (1991), Esteves (1993) e Marques e Esteves (1994). Lains (1995: 49-50), avança alguns argumentos que poderão justificar a grande volatilidade apresentada por



autores puderam mostrar que a partir da década de 1840, e sobretudo a partir da de 1870, se verifica um certo avanço da indústria moderna em Portugal, nomeadamente no domínio das indústrias têxteis e de algumas indústrias ligadas a certos recursos naturais do país (moagens, transformação da cortiça e conservas de peixe)²⁵. É também verdade que um enquadramento institucional e legislativo mais favorável ao crescimento económico foi posto em prática pelos governos liberais, sobretudo a partir de 1851, e que uma política de investimentos públicos no domínio das infraestruturas ligadas aos transportes e às comunicações foi também levada a cabo a partir dessa data²⁶. Todavia, não parece plausível que esses progressos possam ter sido suficientemente importantes para que a taxa de crescimento do produto por habitante português tenha sido claramente mais elevada que a dos países do norte e centro da Europa entre 1860 e 1890, como resulta das estimativas de Nunes *et al.* (1989). Com efeito, quando se chega às vésperas da primeira guerra mundial, e apesar dos avanços entretanto realizados, Portugal é ainda um país essencialmente agrícola e a sua taxa de industrialização está por entre as mais baixas que se podem encontrar no conjunto dos países da Europa²⁷. De resto, as duas outras séries que foram construídas de forma independente, ou seja as de Bairoch (1976a) e Lains (1995), não confirmam, bem pelo contrário, a evolução proposta por Nunes *et al.* (1989)²⁸. Por

esta série: baseando-se sobretudo sobre a evolução das receitas e das despesas públicas, as estimativas de Nunes *et al.* (1989) seguem de perto as flutuações dessas duas variáveis, flutuações que foram bastante elevadas durante a segunda metade do século XIX.

25 Cf. Castro (1976), em particular, o capítulo II, e Cabral (1981: capítulo V). A propósito do crescimento industrial entre os princípios da segunda metade do século XIX e 1911, ver também Lains (1995: 60-68). As informações deste último, baseadas no cálculo de um índice de produção industrial, e que apontam para um crescimento lento e regular da indústria, não parecem justificar a volatilidade do andamento do produto para que aponta a série de Nunes *et al.* (1989). Em contrapartida, as interpretações do crescimento industrial neste período dos dois primeiros autores, baseadas em indicadores indirectos do crescimento industrial, e que apontam para a existência de «surtos de industrialização», poderiam justificar o movimento mais irregular da série de Nunes *et al.* (1989).

26 As primeiras linhas de caminho de ferro portuguesas, por exemplo, foram construídas a partir de 1856. Notemos também os grandes melhoramentos que foram realizados nos domínios da rede rodoviária e dos portos de mar (ver, entre outros, Castro 1976: 98-104).

27 A este propósito, ver Bairoch (1976b: 137-140), o qual classifica Portugal, em 1900, na 14ª posição em matéria de nível de industrialização por entre um conjunto de 19 países europeus. Nesta altura Portugal teria, por outro lado, ainda cerca de 61% da sua população activa no sector primário da economia (Godinho 1971: 144).

28 Note-se também que as estimativas de Justino (1987), referidas na introdução deste trabalho, e que utilizam «variáveis de aproximação» ao crescimento em volume do produto português neste período próximas das de Nunes *et al.* (1989) (ver nota 9), apontam para um andamento do nível relativo de produto per capita português algo diferente. Elas não apontam, com efeito, para um claro período de convergência, como é o caso das de Nunes *et al.* (1989), antes sugerindo que Portugal tenha apenas superado muito ligeiramente o ritmo de crescimento per capita dos 10 países de referência entre 1860 e 1890:

Evolução do nível de PNB per capita português face ao dos 10 Países de referência entre 1850 e 1910, segundo as estimativas de Justino (1987) (dólares e preços dos E.U.A. de 1960)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)
1850	64,8
1860	53,9
1870	54,4
1880	52,6
1890	56,1
1900	48,5
1910	44,5

Fontes: Bairoch (1976), para os 10 países de referência. Justino (1987), para Portugal. As informações de Bairoch são médias trianuais centradas nos diferentes anos. Para Portugal, os valores de Justino são médias quinquenais centradas em cada um dos anos. Nos cálculos realizados para obter Justino (1987) foi utilizado o

outro lado, e como tínhamos já visto acima, para o conjunto do período sobre o qual nos debruçamos neste parágrafo (1830-1913), a conclusão de ordem geral segundo a qual o crescimento económico por habitante português foi claramente inferior ao dos 10 países do nosso grupo de referência, pode ser retirada quer das estimativas de Nunes *et al.* (1989), quer das dos três outros autores²⁹.



4. O período das guerras e da crise de 1929 (1913-1950)

Entre 1913 e 1950 o processo de empobrecimento relativo da economia portuguesa face às economias do norte e centro da Europa evolui de uma forma bastante mais positiva, relativamente à fase precedente. A este propósito, as estimativas dos três autores que fornecem informações para este período (Quadro 4) mostram resultados ligeiramente diferentes, se bem que no fundo muito próximos. As de Bairoch (1976a), indicam um prolongamento do processo de divergência até 1950, mesmo se o crescimento do diferencial em matéria de nível de produto por habitante entre Portugal e os 10 países de referência se faz agora de forma bastante mais lenta³⁰. Por seu lado, as estimativas de Nunes *et al.* (1989) e as de Maddison (1996)³¹ apontam antes para uma tendência à estabilidade do diferencial entre 1913 e 1950 (cf. também a Figura 1 em anexo).

Quadro 4 — Evolução do Nível de Produto Nacional [Interno] Bruto por habitante de Portugal face ao de um conjunto de 10 países europeus entre 1913 e 1950 (dólares e preços dos E.U.A. de 1960, fronteiras de 1919/1938, mesmo para 1913 e 1950)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)		
	segundo Bairoch, 1976a	segundo Nunes <i>et al.</i> , 1989	segundo Maddison, 1996
1913	37,8	37,6	37,3
1929	34,5	37,4	35,2
1938	34,8	39,5	35,9
1950	32,4	37,1	38,3

Fontes: *Idem* Quadro 3.

Este melhor desempenho de Portugal durante o período das guerras e da crise de 1929, deve-se, provavelmente, mais às dificuldades por que passaram a maioria das economias dos países do nosso grupo de referência, do que à dinâmica interna da economia portuguesa. Com efeito, Portugal pode ficar, em grande medida, ao abrigo dos problemas levantados pelas duas guerras mundiais e pela crise de 1929, acontecimentos que afectaram de forma menos negativa a economia portuguesa³². De resto, se nós compararmos a *performance* de Portugal em matéria

nível de produto por habitante português em 1870 que resulta da série de Maddison (1996).

²⁹ O mesmo se pode afirmar, de resto, a propósito das estimativas de Justino (1987) para o período 1850-1910 (ver nota anterior).

³⁰ Com efeito, para o período 1830-1913 as estimativas de Bairoch (1976a) mostram uma queda de cerca de 0,68 pontos percentuais por ano do indicador de convergência, contra uma quebra de 0,15 pontos percentuais por ano entre 1913-1950. Por outro lado, as perdas mais importantes registam-se entre 1913 e 1929, já que, depois dessa data, pode-se observar uma certa estabilidade do indicador (Quadro 4).

³¹ Lembremos que estas últimas repousam sobre as estimativas de Nunes *et al.* (1989), até 1938.

³² Isto parece ser particularmente verdadeiro no que diz respeito à crise de 1929, que tocou menos as economias mais fechadas ao exterior, como a portuguesa, e à segunda guerra mundial, na qual Portugal não



de crescimento do produto por habitante com a de outros países que foram também menos afectados pela guerra, como é o caso da Suécia e da Noruega, que fazem parte da nossa amostra, encontramos resultados bastante mais fracos³³. Notemos, por outro lado, no que à dinâmica interna da economia portuguesa diz respeito, que, não obstante alguns progressos em matéria de industrialização realizados durante este período, Portugal era ainda, nas vésperas da segunda metade do século XX, um país predominantemente agrícola, cerca de 50% da sua população activa encontrando-se ainda dedicada às actividades do sector primário da economia³⁴.

5. O após segunda guerra mundial (1950-1973)

Durante a terceira das fases de crescimento no longo prazo estabelecidas pela tipologia de Angus Maddison, a fase dos «trinta gloriosos»³⁵, a economia portuguesa vai começar a recuperar do atraso relativo em matéria de rendimento *per capita* que tinha acumulado até aqui. Esse processo de recuperação faz-se muito lentamente até 1960, e bastante mais rapidamente depois dessa data. Assim, entre 1950 e 1960, o produto por habitante português, em dólares e às paridades de poderes de compra da OCDE para 1970, sobe um pouco menos de 1 ponto percentual face ao dos 10 países do nosso grupo de referência (ou seja, menos de 0,1 pontos percentuais por ano). A subida será bastante mais importante e sustentada nos treze anos que se seguem até 1973, o nosso indicador registando, agora, um crescimento de mais de 16 pontos percentuais (ou seja, um pouco mais de 1,2 pontos percentuais por ano). A taxa de crescimento do produto por habitante de Portugal entre 1960 e 1973 situar-se-á, com efeito, por entre as mais elevadas que se podem encontrar no contexto dos países do nosso grupo de referência. Quando chegamos a 1973, o nível do produto *per capita* português tinha assim recuperado para um valor próximo dos 50% da média dos 10 (Quadro 5).

participou directamente. No respeitante ao conflito de 1914-1918, a participação portuguesa foi mais importante e as consequências negativas da guerra sobre a economia nacional parecem ter sido maiores (ver Mata e Valério 1994). Isto explica também, provavelmente, a mais fraca performance de Portugal em matéria de convergência face aos 10 entre 1913-1929, relativamente a 1929-1950 (Quadro 4).

33 Assim, o produto por habitante português, que representava em 1913 42,9% do da Suécia, segundo as estimativas de Bairoch (1976a), caiu para 22,4% em 1950. Face à Noruega essa percentagem caiu de 39,0% em 1913 para 23,2% em 1950 (cálculos em dólares e aos preços dos E.U.A. de 1960).

34 Segundo o Recenseamento da População do I.N.E., a percentagem da população activa no sector primário em Portugal em 1950 era de 49,1%.

35 Fourastié (1979).

Quadro 5 — Evolução do Nível de Produto Interno Bruto por Habitante de Portugal face ao de um Conjunto de 10 Países Europeus entre 1950 e 1973 (em dólares e às PPC da OCDE para 1970)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)	Anos	Nível relativo de Portugal (%)
1950	32,6	1962	34,4
1951	32,5	1963	35,1
1952	32,0	1964	35,5
1953	32,9	1965	36,9
1954	32,6	1966	37,6
1955	32,6	1967	39,3
1956	32,6	1968	41,3
1957	32,8	1969	40,3
1958	32,9	1970	42,4
1959	33,2	1971	44,4
1960	33,3	1972	46,5
1961	33,2	1973	49,5

Fontes: 1950-1960: Maddison (1991 e 1996). 1960-1973: OCDE (1993).

Podemos hoje afirmar que este processo de recuperação da economia portuguesa a partir de 1950 se explica, no essencial, pela emergência de um processo de industrialização por substituição de importações no domínio das indústrias pesadas ligadas à produção de bens intermediários e bens de equipamento (refinação de petróleo, adubos azotados e outros bens intermediários químicos, cimentos, pasta para papel, siderurgia e metalomecânica pesada). Este avanço da industrialização, durante os anos cinquenta, deve-se principalmente, no caso português, como no de outros casos de industrialização tardia, à intervenção do Estado. Esta intervenção faz-se, em primeiro lugar, através de um importante programa de investimentos públicos nos domínios dos transportes, das telecomunicações e da rede eléctrica, o qual dinamiza a procura no mercado interno. Ela faz-se, em seguida, através da política aduaneira, a qual garante uma protecção significativa da concorrência estrangeira. A política do Estado em matéria de concorrência no mercado interno, o chamado «Condicionamento Industrial», jogará no sentido da concentração industrial e no da criação de empresas de grande dimensão em vários dos sectores citados acima. O papel do Estado na industrialização dos anos cinquenta pode também ser encontrado na sua intervenção no financiamento dos grandes projectos industriais, quer como participante directo no capital social das empresas, quer como empregador por intermédio das suas instituições de crédito³⁶.

Este processo de industrialização dos anos cinquenta vai prosseguir, e de uma forma bastante mais rápida, entre 1960 e 1973, embora a lógica de industrialização mude progressivamente, relativamente ao período anterior. O crescimento rápido do produto da indústria transformadora entre 1960 e 1973 é, com efeito, arrastado principalmente pelos mercados externos. A participação de Portugal na E.F.T.A., como membro fundador em 1959, bem como os contactos

³⁶ Para um estudo conciso do processo de industrialização por substituição de importações dos anos cinquenta, ver A. L. (1985).



que foram sendo estabelecidos com a Comunidade Europeia a partir dessa data, e que culminarão na assinatura de um «Acordo de Comércio Livre» entre Portugal e esse espaço económico integrado em 1972, permitirão um forte crescimento das exportações de produtos manufacturados. Este crescimento vai-se centrar nos sectores onde Portugal possuía vantagens comparativas, vantagens essas ditadas pelo fraco custo da mão-de-obra (indústrias têxteis, do vestuário e do calçado, indústrias produtoras de material eléctrico), pela abundância de recursos florestais (pasta para papel), ou pela posição geográfica do país (construção e reparação naval). Este tipo de crescimento industrial dos anos sessenta, arrastado pelo crescimento da procura nos mercados externos, mercados esses em forte expansão nesta fase, faz-se também, e não pode ser deste facto desligado, em estreita ligação com o capital estrangeiro. A economia portuguesa pôde com efeito beneficiar de um volume bastante significativo de investimento estrangeiro ao longo desses anos e, sobretudo, a partir de 1965. Esses investimentos jogarão um papel muito importante no crescimento registado, já que eles explicam, parcialmente, a emergência de novos segmentos exportadores na indústria transformadora portuguesa durante este período (material eléctrico, construção e reparação naval, pasta para papel, certas indústrias químicas). A emergência das actividades turísticas e o crescimento das remessas dos emigrantes na Europa, que permitirão o aumento do défice comercial português sem que tenha sido posto em causa o equilíbrio das contas com o exterior, deram também um contributo importante para o crescimento económico português entre 1960 e 1973³⁷.

6. A evolução entre 1973 e 1985

Depois da ocorrência do «choque petrolífero» dos finais de 1973 e do desaparecimento do sistema de pagamentos internacionais criado com os acordos de Bretton Woods, a desaceleração do ritmo do crescimento económico português era inevitável, se tivermos em conta o contexto internacional resultante daqueles acontecimentos e o grau de integração nos fluxos de comércio europeus atingido pela economia portuguesa em 1973. No entanto, essa desaceleração foi mais importante que no exterior, já que o nosso indicador de convergência regista uma evolução globalmente negativa entre 1973 e 1985 (Quadro 6). Podemos distinguir, nesta fase, três períodos diferentes: os anos que se seguem ao «choque petrolífero», 1974 e 1975, serão anos de fortes quebras em matéria de produto por habitante face aos dez países do nosso grupo de referência (e, particularmente, o ano de 1975); entre 1976 e 1982, o processo de convergência começado nos anos cinquenta prossegue, se bem que a ritmo bastante lento (0,4 pontos percentuais ano); finalmente, depois de 1982, e até 1985, assistimos a um novo período de divergência. Globalmente, o nosso indicador regista uma perda de 5 pontos percentuais nos doze anos que vão de 1973 a 1985 (ou seja, uma perda de cerca de 0,4 pontos percentuais por ano). O nível do produto por habitante português, face ao dos 10 países de referência, tinha assim caído, em 1985, para um nível próximo do de 1971.

37 A propósito do processo de industrialização e do crescimento económico dos anos sessenta (1960-1973), ver Rocha (1981) e A. L. (1985). Sobre a evolução do sector exportador e o papel desempenhado pelos investimentos estrangeiros, ver Rodrigues et al. (1977).

Quadro 6 — Evolução do Nível de Produto Interno Bruto por Habitante de Portugal face ao de um Conjunto de 10 Países Europeus entre 1973 e 1985 (em dólares e às PPC da OCDE para 1970)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)
1973	49,5
1974	48,6
1975	45,5
1976	45,9
1977	46,9
1978	46,7
1979	47,1
1980	47,8
1981	48,2
1982	48,5
1983	47,2
1984	44,8
1985	44,5

Fonte: OCDE (1993).

Como foi já referido acima, pensamos que esta queda do indicador de convergência era inevitável tendo em conta a conjuntura internacional predominante nos anos 1973-1985. É no entanto provável que os efeitos da desaceleração do crescimento no exterior tenham adquirido, no caso português, uma especificidade e uma amplitude particulares, devidas à coincidência no tempo do «choque petrolífero» e da emergência em Portugal do regime democrático com a revolução do 25 de Abril de 1974. Esta última introduzirá com efeito um período de grandes transformações no que diz respeito ao modo de funcionamento do sistema económico em Portugal. A nacionalização directa e indirecta de um certo número de empresas de grande dimensão no sector industrial e financeiro (que conduzirá à desarticulação dos principais grupos económicos privados), a descolonização (que porá em causa a anterior inserção géo-económica de Portugal), a liberdade sindical (que introduzirá modificações importantes no que diz respeito ao processo de formação dos salários e dos preços), e a «reforma agrária», levada a cabo durante este período, são algumas dessas transformações. Por outro lado, e sobretudo, o crescimento do preço do petróleo e a crise internacional tiveram consequências muito negativas sobre as contas externas portuguesas, conduzindo a um forte crescimento do nível de endividamento externo. Ora, esse desequilíbrio limitou fortemente as possibilidades de crescimento da economia durante toda esta fase³⁸.

7. Os anos mais recentes (1985-1995)

Nos anos que se seguem à adesão portuguesa à Comunidade Europeia em 1986, e até 1992, o processo de convergência é novamente retomado de forma sustentada. O nosso indicador recupera com efeito 6 pontos percentuais entre 1985 e 1992, ou seja cerca de 0,8 pontos

³⁸ Uma análise concisa destes problemas e dos principais traços da evolução da economia portuguesa depois de 1974 pode ser encontrada em Lopes (1993).



percentuais por ano (Quadro 7). Trata-se, portanto, de uma das principais fases de convergência na história económica recente de Portugal, logo após a de 1960-1973, em que, como vimos, o ritmo de recuperação foi de cerca de 1,2 pontos percentuais ano³⁹.

Quadro 7 — Evolução do Nível de Produto Interno Bruto por Habitante de Portugal face ao de um Conjunto de 10 Países Europeus entre 1985 e 1995 (em dólares e às PPC da OCDE para 1970)

Anos	Nível relativo de Portugal (%)
1985	44,5
1986	45,0
1987	46,3
1988	46,8
1989	48,0
1990	49,1
1991	49,8
1992	50,2
1993	49,8
1994	48,9
1995	49,2

Fontes: OCDE (1993). As informações para 1991 foram estendidas até 1995 utilizando as taxas de crescimento real do PIB e da população de cada país, taxas essas retiradas de OCDE (1996) e OCDE, *Principaux indicateurs économiques* (várias edições). As informações para a Alemanha referem-se à Alemanha antes da unificação. Para estender o valor de 1991, foram, no entanto, utilizadas as taxas de crescimento reais do PIB e da população da Alemanha depois da unificação.

Este novo período de recuperação em matéria de nível de produto por habitante face aos dez países de referência, que começou a partir de 1986, explica-se sobretudo por factores de ordem externa. A conjuntura internacional melhorou com efeito substancialmente, na sequência da queda do preço do petróleo a partir de 1985, e a economia portuguesa pode assim beneficiar da retoma do crescimento no exterior⁴⁰. A nível interno, a decisão de aderir à Comunidade Europeia foi, entretanto, de grande importância. Esta adesão trouxe desde logo para Portugal um volume muito significativo de recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da Comunidade. Ela levou, por outro lado, a que fossem implementadas em Portugal todo um conjunto de reformas que conduziram à criação de um enquadramento legislativo e institucional mais favorável ao crescimento. Finalmente, a adesão à Comunidade Europeia, e sobretudo as reformas estruturais que foram induzidas por essa adesão, atraíram um volume importante de investimentos estrangeiros para Portugal, em particular entre 1986 e 1991, investimentos esses

³⁹ Nos anos de 1993 e 1994 as informações actualmente disponíveis apontam, no entanto, para uma nova queda do indicador. Cf. o Quadro 7 e a Figura 2 em anexo.

⁴⁰ Notemos, de resto, que a partir de 1992, a desaceleração do crescimento no exterior se traduziu de novo numa queda do nosso indicador de convergência.

que tiveram também, e continuam de resto a ter, um papel importante no crescimento registado durante os anos mais recentes⁴¹.



8. Conclusão

Procuramos neste trabalho situar o crescimento económico *per capita* português face ao de um grupo de dez economias europeias, ao longo das diferentes fases de crescimento no longo prazo estabelecidas pela tipologia de Angus Maddison (1991). No final, é possível esboçar um certo número de conclusões. No que diz respeito ao nível de partida no começo da primeira dessas fases, foi possível constatar que as estimativas existentes indicam uma posição da economia portuguesa em matéria de rendimento por habitante bastante próxima da dos outros dez países da Europa, com exclusão do Reino Unido e provavelmente do território a que actualmente chamamos a Bélgica. Esta posição relativa de Portugal nos princípios do século XIX, e portanto numa época em que a maioria dos países da Europa continental não estavam ainda claramente envolvidos no *processo de crescimento económico moderno*, é plausível, já que as diferenças entre os diversos países da Europa continental em matéria de produtividade, e assim em matéria de rendimento por habitante, não podiam ser ainda significativas.

A partir dos princípios do século XIX, à medida que a maioria dos países da Europa continental se foram envolvendo no conjunto de inovações tecnológicas, organizativas e geográficas a que se convencionou chamar a «revolução industrial», Portugal, que não pode acompanhar o movimento de industrialização europeu, vai passar por um longo processo de empobrecimento relativo, até às vésperas da primeira guerra mundial.

Entre 1913 e 1950, durante o período das guerras e da crise de 1929, o processo de empobrecimento relativo da economia portuguesa face às economias do norte e centro da Europa evoluiu de uma forma mais positiva, relativamente ao que se passou na fase precedente. A este propósito, constatamos que as estimativas disponíveis apontam, ou para um ligeiro crescimento do diferencial em matéria de nível de produto por habitante entre Portugal e os 10 países de referência (estimativas de Bairoch, 1976a), ou antes para uma tendência para a estabilização desse diferencial (estimativas de Nunes *et al.*, 1989 e Maddison, 1996). Este melhor desempenho de Portugal entre 1913 e 1950 deve-se, aparentemente, mais às dificuldades suportadas pela grande maioria das economias europeias, que à dinâmica interna da economia portuguesa. Com efeito, Portugal é ainda um país essencialmente agrícola quando nós chegamos aos começos da segunda metade do século XX.

O avanço da industrialização, assente, numa primeira fase, durante os anos cinquenta sobretudo, em bases internas e numa forte intervenção do Estado, e, em seguida, durante o período 1960-1973, arrastado principalmente pelos mercados externos e pela emergência de novos segmentos exportadores associados ao investimento estrangeiro, permitirá obter ganhos significativos em matéria de convergência real, especialmente durante os treze anos que vão de 1960 a 1973. Estes últimos anos coincidem de resto, como vimos, com os da principal fase de recuperação em matéria de convergência real na história económica recente de Portugal.

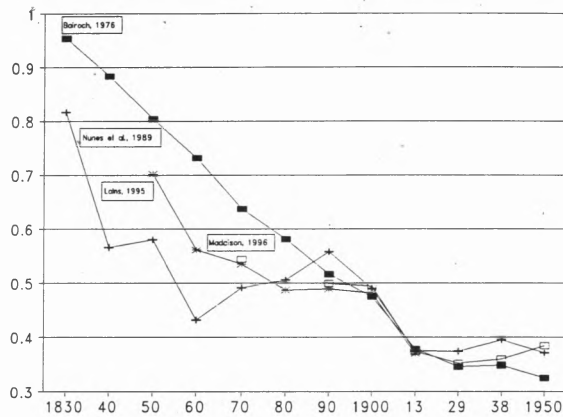
Finalmente, o novo período que se abre com a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, permitiu à economia portuguesa recuperar as perdas globalmente registadas durante a fase de divergência que se verifica entre 1973 e 1985, no seguimento da ocorrência dos «choques petrolíferos» e do desaparecimento da ordem em matéria de sistema de pagamentos internacionais criada nos acordos de Bretton Woods.

41 Junta-se também por vezes, enquanto factor favorável à convergência entre 1985 e 1992, a maior estabilidade do quadro político interno, relativamente ao que se passou na fase 1974-1985. Todavia, pode-se também afirmar que a maior estabilidade desse quadro político interno entre 1985 e 1992, é uma consequência da convergência e não o contrário.



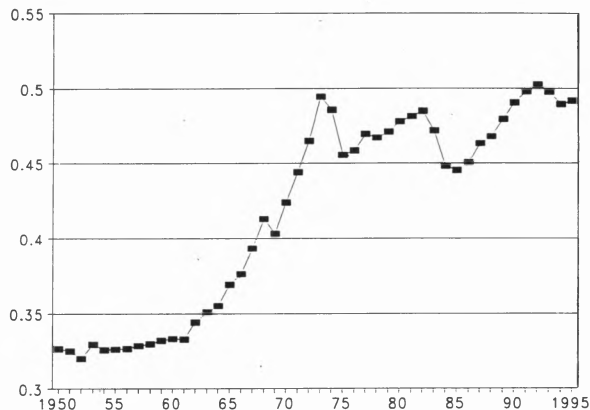
Anexo

Figura 1 — Convergência Real no Longo Prazo (1830-1950): Produto Nacional [Interno] Bruto por habitante português face ao de um conjunto de 10 países europeus (em dólares e aos preços dos E.U.A. de 1960)



Fontes: *Idem* Quadros 2, 3 e 4.

Figura 2: Convergência Real no Longo Prazo (1950-1995): Produto Interno Bruto por habitante português face ao de um conjunto de 10 países europeus (em dólares e às PPC da OCDE para 1970)



Fontes: *Idem* Quadros 5, 6 e 7.

Referências Bibliográficas



- A. L., J. (1985) Indústria no Estado Novo, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal* (339-342), Lisboa, Publicações Alfa.
- Bairoch, Paul (1971) *Le Tiers-Monde dans l'Impasse: le démarrage économique du XVIIIe au XIXe siècle*, Paris, Gallimard.
- Bairoch, Paul (1974) *Révolution Industrielle et Sous-Développement*, Paris, Mouton.
- Bairoch, Paul (1976a) Europe's Gross National Product: 1800/1975, *The Journal of European Economic History*, 5, 2, 273-340.
- Bairoch, Paul (1976b) *Commerce Extérieur et Développement Economique de l'Europe au XIXe Siècle*, Paris, Mouton.
- Cabral, Manuel V. (1981) *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Castro, Armando (1976) *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, Porto, Limiar.
- Esteves, Paulo S. (1993) *Portuguese Prices Before 1947: inconsistency between the observed cost of living index and the GDP price estimation of Nunes, Mata and Valério (1989)*, WP19-93, Lisboa, Banco de Portugal.
- Fourastié, Jean (1979) *Les Trente Glorieuses*, Paris, Fayard.
- Godinho, Vitorino M. (1971) *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia.
- INE (1960) O Rendimento Nacional Português, *Estudos*, 34, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Justino, David (1987) A Evolução do Produto Nacional Bruto em Portugal, 1850-1910: algumas estimativas provisórias, *Análise Social*, XXIII, 3, 451-461.
- Kuznets, Simon (1969) *Modern Economic Growth: rate, structure and spread*, New Haven, Yale University Press.
- Lains, Pedro (1989) *How Far Can We Go? Measuring Portuguese Economic Growth (1850-1913)*, Comunicação apresentada ao World Cliometric Congress, Santander.
- Lains, Pedro (1995) *A Economia Portuguesa no Século XIX: crescimento económico e comércio externo, 1833-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
- Lains, Pedro; Reis, Jaime (1991) Portuguese Economic Growth, 1833-1985: some doubts, *The Journal of European Economic History*, 20, 2, 441-452.
- Lopes, J. Silva (1993) A Economia Portuguesa depois do 25 de Abril: 1974-90, in Medina, J. (ed.), *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, XIV, 317-351.
- Maddison, Angus (1983) A Comparison of Levels of GDP per capita in Developed and Developing Countries: 1700-1980, *Journal of Economic History*, Março, 27-41.
- Maddison, Angus (1991) *Dynamic Forces in Capitalist Development: a long-run comparative view*, Oxford, Oxford University Press.
- Maddison, Angus (1996) Macroeconomic Accounts for European Countries, in Ark, B.; Crafts, N. (ed.), *Quantitative Aspects of Post-War European Economic Growth*, Cambridge, Centre for Economic Policy Research, 27-83.
- Marques, Carlos R.; Esteves, Paulo S. (1994) *Portuguese GDP and its Deflator before 1947: a revision of the data produced by Nunes, Mata and Valério (1989)*, WP4-94, Lisboa, Banco de Portugal.



Mata, Eugénia; Valério, Nuno (1994) *História Económica de Portugal, uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença.

Mulhall, M. G. (1896) *Industries and Wealth of Nations*, Londres.

Nunes, Ana B.; Mata, Eugénia; Valério, Nuno (1989) Portuguese Economic Growth: 1833-1985, *The Journal of European Economic History*, 18, 2, 291-330.

Nunes, Ana B.; Mata, Eugénia; Valério, Nuno (1991) Portuguese Economic Growth, 1833-1985: some comments on Pedro Lains' and Jaime Reis' doubts, *The Journal of European Economic History*, 20, 2, 455-458.

OCDE (vários anos) *Principaux indicateurs économiques*, várias edições, Paris, OCDE.

OCDE (1993) *Comptes Nationaux 1960-91*, Paris, OCDE.

OCDE (1996) *Perspectives Economiques de l'OCDE*, Dezembro, Paris, OCDE.

Pereira, Miriam H. (1971) *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos.

Reis, Jaime (1984) O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica (1860-1913), *Análise Social*, XX, 80, 7-28.

Reis, Jaime (1993) *O Atraso Económico Português: 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

Rocha, Edgar (1981) Especialização e Crescimento Económico: alguns aspectos do caso português no período 1960-1974, *Análise Social*, XVII, 66, 293-313.

Rodrigues, E. F.; Ribeiro, J. M. F.; Fernandes, L. (1977) *O Sector Exportador Português e a Internacionalização da Produção*, Lisboa, GEBEL.

Serrão, Joel; MARTINS, Gabriela (1978) *Da Indústria Portuguesa: do antigo regime ao capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte.

Sideri, Sandro (1970) *Trade and Power: informal colonialisme in Anglo-Portuguese relations*, Rotterdam.

Summers, Robert; Heston, Alan (1988) A New Set of International Comparisons of Real Product and Prices: estimates for 130 countries, 1950-1985, *The Review of Income and Health*, série 34, 1, Março, 1-25.

Valério, Nuno (1983) O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947: uma primeira aproximação, *Revista de História Económica e Social*, 11, Janeiro/Junho, 89-102.